

## **Recomendações – GT1. Desenvolvimento dos Recursos Naturais**

Recomendamos:

1. Incorporar a perspectiva de gênero aos processos de formação das leis. Tornar as mulheres visíveis na política e na legislação ambiental.
2. Desenvolver planos de zoneamento com normas-marco que regulamentem a exploração da mineração, de acordo a práticas e padrões de conservação do ambiente.
3. Formular políticas de agricultura orgânica e técnicas de agro-ecologia e de promoção de sementes nativas que gerem resistência às mudanças climáticas e advertir sobre a utilização de agrotóxicos.
4. Recomendar que seja revisado o esquema de tributário de cada país com o intuito de estabelecer que as *royalties* decorrentes da exploração da mineração e dos recursos naturais sejam suficientes e que sejam destinadas à recuperação dos solos e dos recursos naturais.
5. Reforçar a ação e a contribuição de recursos financeiros para a organização do Tratado de Cooperação Amazônica com o intuito de que ele contribua para o desenvolvimento sustentável, a inclusão social e a conservação da flora, mediante a implementação de políticas conjuntas para a preservação e a exploração econômica sustentável do ecossistema.

## **Recomendações – GT2. Segurança alimentar**

Perante as contundentes e irrefutáveis evidências que demonstram a preocupante tendência que atualmente se observa nos países do hemisfério, com o incremento de graves doenças como: desnutrição, malnutrição, obesidade, diabetes e outras doenças crônicas. Essas anomalias estão vinculadas aos maus e desvirtuados hábitos de consumo alimentar, que as convertem em verdadeiros problemas de saúde pública nos nossos países. É por isso que exortamos os parlamentares, bem como os parlamentares adscritos à ParlAmericas, a reafirmar nosso compromisso com a segurança alimentar e nutricional e a iniciar ou continuar, com a seriedade requerida, os debates necessários no seio de nossos corpos legislativos, para fortalecer e promulgar atuais e novos instrumentos legais que nos permitam atacar as causas desses males fazendo uso das atribuições de fiscalização às políticas do órgão executivo. Nossas sugestões devem ser extensivas, como preocupação e resultado deste foro, a todos os processos de integração que hoje fazem com que a força avance em nível da América Latina e o Caribe.

Recomendamos:

1. Impulsionar uma campanha de conscientização maciça e permanente que promova uma alimentação e estilos de vida saudáveis segundo os requerimentos dietéticos das pessoas e que informe sobre que tipo de alimentação que não é recomendável.
2. Promover, proteger e respeitar o direito das mulheres e dos infantes ao aleitamento materno, de acordo às recomendações estabelecidas pela Organização Mundial da Saúde.
3. Estabelecer regulamentos que impeçam a venda e a publicidade de produtos e alimentos não saudáveis nas escolas públicas e estabelecer disponibilidade, bem como garantir o acesso à água potável para garantir o direito à alimentação.
4. Gerar mecanismos para que sejam implementados programas de agricultura familiar, escolar e comunitária que promova a produção de alimentos saudáveis e inócuos com o suporte de centros de pesquisa científica com a geração de conhecimentos aplicados ao fortalecimento da segurança alimentar e nutricional.
5. Promover a participação e implementação do Codex Alimentar, que garanta a inocuidade dos alimentos, regulamente os ingredientes, o comércio de "junk food", promova a rotulagem correta e compreensível dos alimentos para evitar a importação e a comercialização de produtos de má qualidade.
6. Promover em seus respectivos parlamentos a questão da segurança alimentar e nutricional como assunto de alta prioridade para os Estados, enfatizando a necessidade de alocações orçamentárias que garantam a realização dos programas e políticas contra a fome e a insegurança alimentar.

### **Recomendações – Grupo de Mulheres Parlamentares. Direitos da mulher e segurança alimentar**

Recomendamos:

1. Reafirmar nosso compromisso político no combate à fome e o direito à alimentação impulsionando marcos normativos que promovam os direitos humanos com o foco colocado no papel das mulheres no combate à fome e na segurança alimentar e nutricional. Promover a perspectiva da inclusão transversal e multissetorial nos âmbitos da saúde, educação, trabalho, ambiente, mudança climática e segurança social, entre outros.
2. Promover a construção de agendas legislativas e de fiscalização em questões de direito à alimentação, segurança alimentar e nutricional, bem como o desenvolvimento de marcos normativos sobre alimentação escolar, agricultura familiar, acesso à terra, mudanças climáticas, meios de comunicação e publicidade, cadastro universal de nascimentos e orçamentos sensíveis ao gênero, que garantam os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres em suas dimensões políticas, sociais e culturais.

3. Promover o investimento, por parte dos governos, na obtenção e construção de indicadores que permitam aos formuladores de políticas públicas garantir os direitos das mulheres em relação à segurança alimentar e nutricional.

4. Promover alianças estratégicas entre o Grupo de Mulheres Parlamentares do ParlAmericas e a Frente Parlamentar Contra a Fome da América Latina e o Caribe, para impulsionar na agenda legislativa das Américas os direitos humanos, com foco especialmente colocado nos direitos das mulheres e no direito à alimentação.

5. Promover acordos nacionais entres os três poderes em favor da igualdade de gênero com o intuito de promover sistemas judiciários que garantam uma administração da justiça sem discriminação contra as mulheres, o exercício pleno de seus direitos e a proteção dos direitos das mulheres e a segurança alimentar e nutricional.